

Publica-se nas quartas-feiras e sábados. Subscryva-se nesta typographia.

POLITICOS E LITTERARIOS.

O preço da assignatura é de 2\$ rs. por trimestre, pagos adiantados.

Rio de Janeiro. Typ. Imperial e constitucional de J. VILLENEUVE e COMP., rua d'OUVIDOR N. 65.

INTERIOR.

Vimos com grande pesar, que as explicações, que tivemos a honra de dar ao artigo da Folha Official, não foram julgados sufficientes; parece que surtiram o inconveniente não calculado de irritar as susceptibilidades do Governo; sem surtir a vantagem de convencer-o. Semelhante resultado desconcerta em verdade todas as nossas previsões; e nem sabemos agora como responder satisfatoriamente a replica da Folha do Governo.

Um homem, cujas palavras eram cheias de convicção, e as convicções cheias de gravidade, que se tinha mostrado fiel a todos os principios, a todos os sentimentos de justiça, que offerecera todas as provas do patriotismo, Evaristo Ferreira da Veiga disse, antes de entrar no tumulto, que a *existencia das capacidades nem ao menos era tolerada* pela politica actual. Um dos nossos colaboradores, movido da justeza d'esta ideia, a reproduzio deplorando, que entre nós o *genio fosse quasi um crime*. A responsabilidade d'esta palavra, que tem servido de texto a tantas injurias da Folha do Governo, recai sobre aquelle illustre morto. Declare pois o Governo a Evaristo Ferreira da Veiga adversario da razão e da justiça, e inimigo do Brasil.

É uma verdade incontestavel, e nós já n'este Jornal o repetimos, só a superioridade nos governos possui essa sphaera de atracção, pela qual chama a si as capacidades da mesma especie, e em estado de sentir e acceitar sua acção. A sphaera, em que se agita a mediocridade, é repulsiva das capacidades, e attractiva das inferioridades. No mundo physico as electricidades do mesmo nome se repellem; no mundo moral, pelo contrario as qualidades, que se acham n'estas condições, combinam-se perfeitamente. O Governo tem razão de queixar-se de que se lhe impute como crime o seu despreso para as faculdades intellectuaes; sim, elle segue a lei da sua natureza; está debaixo do jugo irresistivel das suas tendencias, e instinctos. É preciso, que se não viole a natureza dos seres, e as leis de sua criação. A ordem, todos aquelles que por um tal motivo criminalam o Governo!

Não tendo sido empregado pelo Governo actual, e nem recebido d'elle especie alguns de beneficio, manifestamos no numero antecedente toda a nossa surpresa, por nos haver a Folha Official accusado de ingratição. Mas ella publicou um documento, como prova irrefragavel e decisiva de que fomos com effeito empregados pelo Governo actual, e vem a ser, umas instrucções datadas em 3 de Maio de 1835, que recebemos do Governo d'essa epocha, quando fomos despachados para a Europa. Não concebemos como o nosso collega não reparou em produzir uma semelhante prova tão contraria ao simples bom senso, e até injuriosa para a intelligencia dos seus leitores.

Já nós havíamos dito «o Governo de então não é o de 1837; os principios são outros, outros são os homens.» Devemos nós seriamente insistir hoje n'este ponto, quantos os olhos tem visto desde 1835 succeder-se no Governo do Estado uma tão longa serie de Ministros, e até mesmo mudar-se para outras mãos o poder destinado a governar na minoridade da Realza? Mas a Folha Official apresenta a este respeito uma singular doutrina, a mesma que em todos os tempos, em todos os paizes servio sempre de atavio a fraqueza de alguns homens. Acerca d'ella nos absteremos de toda a especie de reflexão, por que teria por resultado unico o desbotar ainda mais o nosso collega no conceito publico, o que pouco nos interessa.

Essa mesma Folha accusa-nos igualmente de não havermos dado conta do cumprimento das instrucções que levamos para a Europa em 1835, accusação tão malévola como inexacta. Em 1835 fomos chamados pelo Governo Imperial para servir interinamente na Legação de Paris como Secretario.

Esta nova commissão nos desonerava de uma parte das outras, e nem se compadeceia com o cumprimento de algumas das instrucções. O pensamento do Governo de 1834, dando-nos este novo destino, era evidentemente de dispensar-nos dos fins da primeira commissão, por que loucura fôra o exigir-se o impossivel. Como poderíamos nós passar seis mezes no exame das *Assises* de Londres, si a nossa constante presença

em Paris era indispensavelmente exigida pelo serviço da diplomacia?

Allegando esta ultima observação, não tememos ser desmentido pela Folha do Governo; sim, o Ministro Brasileiro em Paris não nos podia dispensar do serviço activo da Legação, pela razão bem simples, que ali exerciamos de facto as dobradas funções de Secretario e de Ministro, recaiando sobre nós o peso inteiro de todos os trabalhos importantes e não importantes, com excepções rarissimas, como nos vimos forçados a provar ao proprio Ministro Brasileiro em dons documentos, cujas copias foram transmitidas ao Governo, sem que ousasse elle contradizel-os, nem mesmo no officio *secreto* endereçado á Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros: tão cabal e decisiva era a verdade das nossas asserções, que a mentira sentio-se desarmada, e não ousou contestal-a!

A Folha Official avança uma falsidade, quando assegura, que por largo tempo obtivemos licença para viajar. Nós permanecemos no serviço da legação de Paris até a epocha, em que pedimos a demissão ao Governo, sem dispensa alguma, salva a de alguns dias.

As instrucções transcriptas pela Folha Official foram por nós recebidas uma hora antes de embarcarmos para o nosso destino, de modo que só as podemos ler na Europa. Si assim não fôra, teríamos certamente recusado o artigo das instrucções, em que se nos ordenava de escrever artigos em favor do Governo, como indigno do nosso caracter. Escrevemos para os Jornaes de Paris todos aquelles artigos, cuja paternidade o actual Ministro Brasileiro n'aquella Corte á si attribuiu por generosidade nossa, assim como para o *Morning Herald* de Londres, e isto fizemos não como commissario do Governo, porém sim como Brasileiro, para destruir falsas publicações, que mais interessavam o credito do Brasil, do que os dos partidos.

Devemos nós aqui fallar de uma memoria nossa sobre o estado do Brasil, que alguma sensação fez em França, sendo trasladada pela maior parte dos Jornaes Europeos, e até pela Gazeta de S. Petersbourg?

Quanto á accusação de não conhecermos as *assises*, e de escrever na *Revista Brasileira*

artigos em stilo romantico, isto é, pessimos artigos, segundo o sentido, que a esta palavra dá a Folha Official, nós nada temos que responder; escreva tambem ella um artigo contra a Faculdade de Direito de Paris, que nos graduou em jurisprudencia, e outro contra o Instituto Historico de França, que fez publicar no seo Jornal, que os nossos artigos eram dignos de figurar nas primeiras *Revistas do mundo*, e que poderiam ser mostrados com orgulho aos amigos e inimigos do Brasil. Nós nos apressamos a pedir perdão ao publico de occupal-o com cousas nossas, que nenhuma especie de interesse offerecem; mas preciso era rebater as arguições da Folha de um Governo, que recorre á falsidades grosseiras para extorquir o valor dos nossos principios.

Assim com estas curtas observações fica victoriosamente provado, que não fomos empregados pelo *Governo actual*, mas sim pelo de 1833; que o *Correio Official*, confundindo as datas, os homens, e as cousas accorreu contra nós uma prova absurda; que o Governo nos desonerou do desempenho das instrucções, que levamos para a Europa, dando-nos em 1834 um outro destino. Resta-nos responder á objecção, de publicarmos no nosso Jornal theorias sem applicação ao Brasil, principios sem valor pratico no actual estado de cousas. Ao chegar da Europa, o espectáculo da impotencia do Governo do Brasil, fez sobre nosso espirito uma profunda impressão. Indagando a causa d'essa funesta impotencia, a achamos na desharmonia entre o Poder, e a Camara dos Deputados, unica fonte de força para os governos nos paizes constitucionaes. Ora, semelhante harmonia só pôde ter lugar, quando os Ministerios são homogeneos, solidarios, organisados sob a influencia dos principios, que dominam a maioria parlamentar, e o paiz. Estas condições são inherentes á natureza do regimen representativo; ellas são de uma necessidade absoluta em todos os tempos, em todos os povos, em todas as circunstancias.

O Jornalista defensor perpetuo dos desatinos de todos os governos, chama *francezes* estes principios, quando elles são, ao mesmo tempo *Francezes, Inglezes, Belgas, Suecos*, ou em outros termos, pertencem á todas as nações, que possuem Governos não interessados em falsificar a indole do systema representativo. A defenção d'estes principios tem constituído o caracter do nosso Jornal; principios, cujo triumpho não cessaremos de advogar, em quanto a situação se conservar a mesma, em quanto o Governo preferir antes debater-se na fraqueza e na impotencia,

do que sacrificar seos caprichos e injustos ressentimentos individuais ás condições inherentes á forma de governo do nosso paiz. Estes principios mais cedo ou mais tarde triumpharão, nós o esperamos com a mais firme convicção. Essa mesquinha politica, a quem as paixões generosas incommodam, a quem irrita a manifestação dos grandes principios, essa politica que tem semeado a desconfiança e o descontentamento em todos os espiritos, não dirigirá sempre os destinos do Brasil.

Aproveite-se ella da lassitude, que pesa sobre o paiz; especule sobre a incerteza dos espiritos, a dispersão dos interesses, a influencia das reminiscencias de tantos ensaios malogrados, a incoherencia e a molleza interior dos partidos politicos. Mas não espere lançar no solo do Brasil raiz alguma; não, o Brasil não é solidario de uma politica, que procura seo ponto de apoio em disposições steréis e passageiras, que despreza os principios fecundos, os interesses permanentes, e as tendencias as mais nobres da nossa sociedade.

A Folha Official exprou ao Jornal dos Debates a carregada tristeza, que dá aos objectos, que encara. Aquelles que tem vivido no meio das intrigas das facções, e das misérias dos governos, envelhecem, por assim dizer, com ellas, e não podem sentir a differença do passado ao presente. Mas o viajante, que depois de annos volve ao paiz entregue ás más paixões, e á incapacidade dos governos, sente o coração serrar-se-lhe de dôr, á vista da retrogradação de todas as cousas da Patria, do mesmo modo que contempla com tristeza sobre o rosto de um amigo as devastações do tempo, e dos pesares. Como poderíamos nós entoar canticos de alegria no momento mesmo, em que navegamos perto de costas desconhecidas, com pilotos empyricos, no seio das trevas, e das tempestades? Hoje em dia cada folha que se agita, cada pensamento que se anima, cada coração que bate pela sorte do paiz, cada acontecimento que occorre, tudo, tudo accusa amargamente a politica actual. Ninguém pôde subtrahir-se á tristeza, que inspiram as cousas, que se vão arrastando a nossos olhos. A obscuridade da vida, a indifferença para os destinos publicos não são um preservativo contra a tristeza; o estroendo da queda dos grandes principios, o ruído descompellido da torrente das misérias tolhem a impassibilidade das almas menos patrioticas. Alegre-se o digno Redactor da Folha Official com o espectáculo das cousas presentes; quanto a nós, consinta-nos ao menos o direito de entristecer-nos.

ANNAES DA PROVINCIA DE SÃO PEDRO, PELO SR. JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO.

O praser sempre nos inspira e anima, quando se nos offerece occasião de fallar sobre trabalhos realmente meritorios de algum de nossos illustres concidadãos. Quizeramos não deixar de louvar um só instante, e que esta necessidade de nossa alma se visse assim excitada pelos nossos litteratos. Por isso marcamos como um dever para nós, o chamar a attenção do publico sobre composições, que enriquecem a nossa litteratura, e tributar os nossos agradecimentos aos autores, que assim se lembram de honrar o seo paiz. Desta vez, porém, cheios de jubilo cedderemos a palavra a um sabio estrangeiro bem conhecido entre nós por seos trabalhos sobre o Brasil, e com quem o nosso Governo tem sido tão ingrato, que nunca se lembrou de mandar comprar alguns exemplares de suas obras, para repartir com as bibliothecas publicas do Imperio.

Mr. Auguste de S. Hilaire, se encarregou do relatorio sobre os annaes da Provincia de S. Pedro, do Exm. Visconde de S. Leopoldo, do que deo leitura na Academia das Sciencias de França. Cedemos a palavra ao sabio estrangeiro com tanta maior satisfação, quanto estimamos ver o nome brasileiro, louvado em paiz estranho por pessoa competente, e perante o Instituto de França. Transcrevendo algumas passagens do relatorio de Mr. S. Hilaire, notaremos antes de tudo, o que diz esse sabio sobre o autor da *corographia Brasilica: Aires do Casal no meio de suas fadigas não poupou nem suas forças, nem seos meios pecuniaros, e hoje elle termina na indigencia sua nobre e util carreira, sem poder publicar a segunda edição de sua obra*. O nosso Governo sabe a quem se dirigem estas palavras; e o *Correio Official* não ignora o que poderíamos dizer sobre este ponto. Mas vejamos o que diz Mr. S. Hilaire, sobre os *Annaes da Provincia de S. Pedro*.

Depois da analyse da obra, e de algumas reflexões, assim termina: Eu exgotei o pequeno numero de observações criticas, que me suggerio a leitura da estimavel obra do Sr. José Feliciano, e talvez fosse uma temeridade da minha parte em expol-as aqui; por quanto é difficil conhecer-se melhor, que o autor dos annaes, o paiz que elle descreveo. Eu fui somente justo, dando elogios ao trabalho do Sr. José Feliciano. Mas os Europeos, que cultivam as sciencias só por amor d'ellas, e que sinceramente desejam seos progressos, tem todos um dever que encher. Os *Brasileiros instruidos acham entre elles pouca animação*; nós devemos re-

compensal-os com as nossas sympathias; mostremos-lhes que, os amigos da sciencia não possuem contra os filhos do Novo Mundo nenhum d'esses preconceitos, que tantas vezes se tem notado; formemos com elles laços de fraternidade, e felicitemos seus estudos com communicações frequentes. Elles tambem tem bastantes cousas para nos communicar! Assás devemos já ao Sr. José Feliciano; empenhemol-o a continuar seus trabalhos sobre a geographia statistica, e historia do seo paiz, enviemo-lhe agradecimentos, e que um lugar honroso se conceda á sua obra na bibliotheca do instincto. » Meo Deos! já no instincto de França, um sabio diz, que *entre nós os homens instruidos affiam pouca animação!*

Mr. de S. Hilaire viajou pelo Brasil, elle nos conhece perfeitamente. . . Mas um pensamento melancolico de nós se apodera: deixemos a penna. M.

MONUMENTOS DO RIO DE JANEIRO.

O Rio de Janeiro é uma Capital, que não apresenta um só elemento desenvolvido cabalmente, dos que caracterisam uma Capital de Imperio: tudo entre nós parece provisório, até os proprios monumentos, ou armazens colossaes; seo aspecto indica, ou indifferença para o bello, ou voluntaria retrogradação, porque as obras edificadas no tempo dos Vices-Reis tem um caracter de solidez, acompanhado de um certo grandioso architectural, que marchava a par do progresso contemporaneo, como os aqueductos da carioca, o chafariz das marrecas, Igrejas e Conventos, onde o estylo *Barroco* se ostenta em toda a sua pompa, sem poesia, é verdade, mas pleno de variedade e de gosto. Parece que os nossos antigos possuíam em maior gráo a convicção da ideia do futuro, d'essa ideia nobre, que não confunde o homem com a nação, e o dia de hoje com o porvir.

A Igreja da Cruz, a casa do General Oliveira Barbosa, e a Academia das Bellas Artes, são os tres mais bellos monumentos, que brillam nas fileiras dos immensos armazens, barracas de pedra e cal, que se levantam nas ruas do Rio de Janeiro; unicos filhos da architectura, e estranhos á alluvião, de reflexos bastardos da arte, degenerados por mãos inhabeis, por architectos sem tradição scientifica, que vivem em continua peleja com a arte, e com os sentimentos do gosto.

Nós não pedimos ao Rio de Janeiro um S. Pedro de Roma, um *Louvre*, um *Regents Park*, uma *Procuracia*, porque conhecemos o que somos, e o quanto differimos d'essas illustres nações, que povoam a terra; mas

sim desejamos indicar a nossos compatriotas um caminho verdadeiro, e afastal-os da vereda do erro, pois d'est'arte elles conhecerão que o mesmo dinheiro, a mesma pedra e cal, podem produzir duas obras differentes, uma boa, e outra má: boa, quando a guia um architecto; má, quando a guia um mestre d'obra, que nasceo na rotina de uma pratica material, e que não conhece Vignola, Palladio, ou Percièr.

O fim da arte sendo materialisar ás ideias, ou idealisar a materia, isto é, sellar com o scopro ou pincel, sobre o marmore ou tella, um pensamento que se repercute no futuro, e atteste a crença, o enthusiasmo, e as ideias d'aquelles que pediram ao artista fosse interprete seo para com a posteridade; este fim se acha em completa nullidade entre nós: além de marcharmos nos ultimos grãos da escala da civilisação, nossos sentidos parecem obstruidos ao esplendor de tantas tradições, e mesmo ao testemunho de tantos exilados voluntarios, que viram e apreciaram as obras do nobre Britannico, do engenhoso Francez, e do celebre Italiano.

Lance-se uma vista d'olhos em toda a Capital, e além dos pequenos monumentos apontados, tudo é miseravel. Fez-se um mercado, e tão distante está do que devia ser, que melhor fôra que se não fizesse. No tempo dos Vice-Reis o *Passeio Publico* tinha um bello cáes; o mar destruiu o que os homens pareciam não dar estima, e o novo que se está fazendo, que não passa de um paredão, não sabemos quando se acabará. O mesmo *Passeio*, que em outro tempo era grande em relação á pequena população de uma Capital de Colonia, hoje parece um quintal, e nem se cuida em alargar-o para os lados, sobretudo havendo proporções do direito. Entretanto é o unico jardim publico da Cidade. De que nos serve o vasto campo da Aclamação, ou de Santa Anna? Para monturo, sem duvida, e para ser um vasto fóco de putrefacção, que pouco é o cemiterio da *Misericordia*, e todas essas catacumbas das Igrejas. Podia-se ter feito da metade um jardim publico, e ainda ficaria campo.

Não ha uma só rua *bem* calçada, e com a qual se não despenda grossa somma. A maneira de calçar é pessima: pequenas pedras apenas contidas com terra solta, que a menor chuva lava, e as deixa fóra do seo logar, tão irregulares e asperas, que incommodam. Si tivéssemos adoptado a maneira de calçar de Florença, com lages, ter-se-ia poupado não pequena quantia, e teríamos boas calçadas.

Os paizes livres sempre procuram dar um caracter de grandeza, e de magestade aos edi-

ficios consagrados ás reuniões dos seus representantes e magistrados; entre nós, porém, uma antiga cadeia, de um aspecto miseravel, que rasteja com as casas as mais ordinarias, serve de palacio da Camara dos Senhores Deputados! O nosso Museo, e a casa da Municipalidade são de uma architectura sem nome, e tão mesquinha, que parece que o pedreiro encarregado de taes obras ignora as mais simples regras da arte, e não sabia para que fim edificava. E não é por falla de architectos que taes obras temos, sim pela negligencia, ou ignorancia dos que determinam.

Quando passamos pela frente da Academia das Bellas Artes, não podemos deixar de lamentar, que o melhor edificio que temos se veja collocado, pela incuria dos que deviam velar sobre isto, em um beco, quando ainda, ha bem pouco tempo, havia naquelle logar proporções favoraveis de se traçar uma praça, e que se vão perdendo, por se ter consentido, que se edissem casas, de modo que o monumento está opprimido, sem luz, e espaço para ser visto.

Em geral a cidade é escura, baixa, imunda, ruas estreitas, mal calçadas, sem praças, sem monumentos. As casas particulares todas feitas por um mesmo systema, em nada se parecem ás das cidades modernas, em nada proporcionadas ás commodidades da vida.

Não fallemos das estradas!

Tal é o estado material da nossa Capital. E isto só nos acontece, porque os nossos governos não olham para o futuro. Eis porque os velhos se recordam chorando do bom tempo dos Vice-Reis, que alguma cousa nos deixaram, em quanto que só ruínas deixaremos aos nossos filhos. Podemos ter o desvanecimento de não roubarmos ás gerações futuras a gloria de fazer tudo. * * *

REVISTA DRAMATICA.

THEATRO FLUMINENSE. — 1.^a REPRESENTAÇÃO DE DE RICARDO DARLINGTON, DRAMA DE DINIAUX, TRADUZIDO DO FRANCEZ.

Ha tanto tempo annunciado, fez em fim hontem este drama a sua appareição. Grande concurso de povo attrahia o seu titulo, e o nome de baptismo do seo autor. Entre nós ha certos traductores, que por terem tido o trabalho material da traducção, julgam-se autores, e audaciosamente inscrevem seus nomes em grandes e visiveis letras nos cartazes e jornaes de annuncios, com o catalogo de todas as suas produções traduzidas, e que traducções, sancto Deos!... Foi felicidade o devermos a versão d'este

drama a um dos nossos advogados, que não deseja brilhar com alheias glórias, e por isso não imitou os Baiardos e outros, que de autores se alardeam. Entretanto, porém, como ha certos compositores estrangeiros, que gosam de alta reputação, julgonse dever attribuir esta producção a um d'elles; era esta a vez de Alexandre Dumas, que também já teve as honras da Torre de Nesle de *Gaillardet*. Infeliz *Dinaux*!....

Este drama é da schola moderna, um dos que mais effeito tem produzido na scena, e dos que merecem a attenção do publico. Ricardo, filho do carrasco de Londres, e da nobre filha do Marquez da Silva, a quem so pôde applicar os versos de Monti:

*Ché l'uom ambizioso è uom crudele,
Tra le sue mire di grandezze e lui
Mette il capo del padre e del fratello.*

Joven de talentos, roído por uma insaciavel ambição, casa-se por interesse com a filha de um medico, com a innocente e amorosa Jenny, infeliz! que acreditou na fidelidade e no coração de um ambicioso, que tudo sacrificará á seus projectos, e que também a offerecerá em holocausto ás suas paixões... Liga-se elle com Thompson, um d'estes homens sem luzes, e sem qualidades moraes, porém grande intrigante, cabalista, e que por toda a parte facilmente se introduz. Quantos caracteres identicos temos entre nós visto!... Quantos ambiciosos, inculcando grandes sentimentos de patriotismo, honra, e religião, se elevaram no Brasil á grandes empregos, donde depois opprimiram seus concidadãos!... Thompson o faz nomear Deputado do partido da opposição, e depois o vende ao Ministerio, e o faz desamparar a misera esposa, a quem dilacerava a saudade:

*Saudade!... Gosto amargo d'infelizes,
Delicioso pungir de acerbó espinho.*

Ricardo, porém, para ser Ministro e Par da Inglaterra, necessita aliar-se a uma nobre familia dos tres reinos unidos: uma rica herdeira, *Lucy Wilton* lhe é offerecida, com o titulo de Conde de Carlston, porém uma barreira terrivel se lhe antepõe, é a sua Jenny; então procura elle livrar-se d'ella, e o seu conselheiro Thompson a conduzirá por engano á França, e roubará a folha do livro onde está a declaração do seu casamento: porém entre Ricardo e sua innocente victima estava continuamente um homem, que ninguem conhecia... era como um d'esses phantasmas, que atemorizam os homens, que tudo ouvem, que tudo vêem, que tudo sabem: era um remorso vivo, que acompanhava a consciencia criminosa de Ricardo, e um anjo de auxilio, que velava sobre os destinos de Jenny. Elle ataca a carruagem em que iam Thompson e a filha do medico, mata o vil escravo dos praseres de Ricardo, e salva Jenny. Porém para onde vai elle conduzi-la? A morte? Sim á morte: porque na sua casa de campo tinha dado Ricardo uma entrevista, e lá encontrando-a, fu-

rioso, alienado, apoderado de um mão genio, que lhe vendava os olhos, a precipita de uma janella á baixo. E Ricardo vai assignar o contracto de casamento com a netta do Marquez da Silva, quando como um spectro, o homem, que havia salvado Jenny, se apresenta, desenrola todo o painel de seus crimes, scruta a mais ligeira palpação de sua consciencia, e o abate sob o peso das accusações. E chegado o momento de descobrir-se: Mawbray, o carrasco de Londres, é pai de Ricardo Darlington!...

Este drama, forte de emoções e de sentimentos, cheio de um panico terror, que acompanhava o spectador desde o começo até o fim, produziu grande effeito. O publico reconheceu certas personagens, que na nossa scena politica figuram, cobertos de ambição e de egoismo. A scena das eleições foi stordosamente applaudida!

João Caetano, Victor, Costa e Estella representaram assás bem. Sobre tudo, o primeiro na ultima scena muda mostrou-se artista. Ricciolini é fraca actriz, falta-lhe voz, e ensaio, e gesticula muito *amaneiradamente*.

Houve além destes, um excellent actor, que não tivemos o praser de ver, por que está sempre invisivel, mas cuja voz distinctamente ecoa no theatro, e cobre todas as outras vozes. Era o ponto. É necessario que os actores estudem os seus papeis, e que não vão para o theatro sem ensaio, nem preparação, esperando que o ponto lhes repita as partes. Ainda o do theatro de S. Pedro é inferior no sopro ao do theatro da Praia de D. Manoel, ou talvez seja isto effeito da grandeza do theatro.

Agora deejamos dizer uma palavra sobre a censura dramatica no Brasil. As nossas leis são más, digamol-o francamente. Em França, e em Italia, unidos países da Europa civilizada, onde ha censura dramatica, é uma reunião de pessoas litteratas e auctores, que revê as peças, e corrige uma ou outra expressão, que tenda a causar máo effeito. No Brasil é o Juiz de Paz: ora, para tal logar não são requeridos grandes estudos, e luzes; requer-se somente capacidade moral, bom senso, e probidade. Portanto, não podem elles entrar no exame succinto de uma obra litteraria, e para o qual se requer talentos. É um defeito, que o nosso Governo deveria corrigir, nomeando uma commissão de pessoas litteratas para a revisão e exame dos dramas, que devam ser representados. Não faltam pessoas aptas para isso, e que pelo bem publico, e amor ás letras, se encarreguem de tal tarefa. O fazer rever as peças pelos Juizes de Paz, outra vez o repetimos, é mais que ridiculo.

P. S.

As commissões de orçamento e diplomacia foi presente uma carta do Gabinete de S. M. I. D. Amelia, Duqueza de Bragança, dirigida a S. M. o Imperador o Senhor D. Pedro II, em que reclama o cumprimento do artigo 8º, e do separado e secreto do seu contracto matrimonial ajustado em Canterbury, a 30 de Maio de 1829.

As commissões remidas, depois de haverem maduramente considerado a materia, e examinado o contracto de casamento, em que se funda a reclamação mencionada, e o artigo secreto que foi assignado em separado, assentaram:

1.º Que o contracto de casamento celebrado em Canterbury, aos 30 de Maio de 1829, entre os Plenipotenciarios, tanto por parte de S. A. a Serenissima Duqueza de Leuchtenberg, como por parte do finado Imperador do Brasil, D. Pedro I (de

gloriosa memoria), se deve reputar um ajuste de familia, no qual se estipularam clausulas e condições, que obrigão as duas partes contractantes relativamente ao consorcio matrimonial, que fazia objecto do referido contracto: e não se pôde considerar um tratado politico feito pelo Imperador do Brasil, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, e em virtude da autoridade que lhe compete pelo art. 102, § 8º da Constituição: e que por consequencia de suas disposições não pôde resultar obrigação vigorosa para a Nação Brasileira, que só indirectamente era interessada na mencionada convenção.

2.º Que ainda no caso negado desse ajuste se reputar tratado politico, obrigatorio para a nação, os artigos 7º e 8º do contracto de Canterbury, e o separado e secreto suppoem a occorrença de fallecer o Imperador no gozo e exercicio da autoridade imperial, e n'esta hypothese em vez da dotação prescripta no artigo 107 da Constituição, o art. 8º do contracto estipula para a Imperatriz viuva as arrhas, que a Assembléa Geral lhe houvesse de arbitrar. Muito diversa porém é a especie ventilada: por quanto o Senhor D. Pedro I abdicou sem reservas a corôa do Brasil, e sua augusta Esposa seguindo a sua sorte, renunciou de facto ás vantagens que o contracto assegurava á Imperatriz, quer na vida, quer depois da morte de seu marido, e assim o infauisto acontecimento da sua viuvez verificou-se na condição de Duqueza de Bragança, e não na de Imperatriz do Brasil, que era a previsão do contracto.

Mas, posto que nem pelos principios do direito das gentes, nem pela literal e estreita intelligencia do contracto de Canterbury, a Nação Brasileira se deva julgar obrigada á prestação de arras a S. M. I. D. Amelia Duqueza de Bragança, contudo as duas commissões pensão, que considerações de uma ordem elevada nos aconselham n'esta conjunctura, uma decisão que possa honrar a Nação Brasileira de quem somos Representantes.

Por isso, attendendo que S. M. I. a Senhora Duqueza de Bragança foi esposa do Senhor D. Pedro I, a quem coube em maxima parte a gloria de haver fundado o Imperio do Brasil, e considerando que os seus serviços magnanimos feitos á Independencia são de um valor inapreciavel para a nação, é justo que o primeiro testemunho de nossa veneração para com a memoria daquelle Principe, seja honrar na pessoa de sua augusta esposa as intenções e as promessas, a que elle se havia pessoalmente obrigado.

Demais, o decoreo e dignidade nacional exigem que a esposa do Senhor D. Pedro I out'ora nossa Imperatriz, goze de um tratamento correspondente á alta cathgoria que occupou no Brasil, onde fez o ornamento do Trono Imperial, e as esperanças da nação. Em consequencia, as commissões reunidas pensão, que se lhe deve consignar um apagoio adequado á augusta pessoa a quem he destinado; e que uma decisão n'este sentido será propria para dar uma idéia vantajosa, não só da circumspecção d'esta augusta Camara, como da magnanimidade e generosidade da Nação Brasileira.

São por tanto de parecer que se adopte o seguinte projecto de resolução:

A Assembléa Geral Legislativa resolve:
Art. Unico. He concedida uma pensão annual de 50:000 \$ de rs. a S. M. I. a Senhora D. Amelia Augusta Eugenia, Duqueza de Bragança, viuva do Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil, da qual gosará a titulo deapanagio d'ora em diante, e em quanto viver.

Pago da Camara dos Deputados, aos 20 de Julho de 1837. — A. Maria de Moura. — Souza Martins. — Araujo Ribeiro, quanto á conclusão. — Hollanda Cavalcanti. — Manoel Maria do Amaral.

ANNUNCIO.

O Jornal dos Debates não tendo podido sair sabbado por inconvenientes, os Srs. subscriptores serão resarcidos com um n.º de mais na semana proxima.

Rio de Jan. — Typ. de J. Villeneuve e Comp. — 1837.